

A África de “Z. do P.”: produção de história(s) da África como saber escolar no início do século XX¹

“Z. do P.’S” Africa: African history(ies) as school knowledge in early 20th century Brazil

La África de “Z. do P.”: producción de historia(s) de África como saber escolar a inicios del siglo XX

Jonatas Roque Ribeiro*

Resumo: Este artigo analisa a crônica “Uma lição de História Pátria”, publicada na imprensa em 1925 e assinada por “Z. do P.”, pseudônimo do professor José Eutrópio (1887-1929). O texto examinou como determinados temas do passado e de uma memória histórica acerca da África poderiam se constituir em saber escolar. Sua narrativa mobilizou uma noção de saber pedagógico que prescrevia o que, como e por que ensinar conteúdos então associados à história da África. O objetivo deste artigo é investigar esse pensamento educacional e compreender a tentativa de elaboração de um saber escolarizado sobre determinada concepção da história africana. Sustenta-se a hipótese de que, para “Z. do P.”, a escolarização de certos conhecimentos sobre o continente africano e suas diásporas poderia representar uma estratégia de legitimação desses saberes no contexto do universo educativo escolar. A inserção da história da África na história escolar expressava uma leitura política original, orientada a oferecer outras possibilidades para o ensino da história do Brasil e a redimensionar o papel histórico das populações negras na formação da sociedade brasileira. Em termos metodológicos, este artigo baseia-se na análise de fontes veiculadas pela imprensa do início do século XX, como crônicas, artigos de opinião e textos de crítica.

Palavras-chave: História da África; saberes escolares; história da escolarização; história da educação.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5074-4401>



Abstract: This article analyzes the chronicle “Uma lição de História Pátria”, published in the Brazilian press in 1925 and signed “Z. do P.”, the pseudonym of Professor José Eutrópio (1887-1929). The chronicle examined how certain themes related to the past and the historical memory of Africa could be constituted as school knowledge. Its narrative mobilized a pedagogical understanding that prescribed what, how, and why to teach content then associated with African history. The article aims to investigate this educational thinking and to understand the attempt to construct school-based knowledge grounded in a particular conception of African history. It argues that, for “Z. do P.”, the schooling of specific knowledge about the African continent and its diasporas represented a strategy to legitimize such knowledge within the educational field. The inclusion of African history within school history reflected an original political reading, aimed at offering alternative approaches to teaching history and at reframing the historical role of Black populations in the formation of Brazilian society. Methodologically, this study is based on the analysis of sources published in the early twentieth-century press, such as chronicles, opinion pieces, and critical essays.

Keywords: History of Africa; school Knowledge; history of schooling in Brazil.

Resumen: Este artículo analiza la crónica “Una lección de Historia Patria”, publicada en la prensa brasileña en 1925 y firmada por “Z. do P.”, seudónimo del profesor José Eutrópio (1887-1929). La crónica examinaba cómo ciertos temas del pasado y de la memoria histórica sobre África podían constituirse en saber escolar. Su narrativa movilizaba una noción de saber pedagógico que prescribía qué, cómo y por qué enseñar contenidos entonces asociados a la historia de África. El objetivo de este artículo es investigar ese pensamiento educativo y comprender el intento de elaborar un saber escolarizado sobre una determinada concepción de la historia africana. Se sostiene la hipótesis de que, para “Z. do P.”, la escolarización de ciertos conocimientos sobre el continente africano y sus diásporas podría representar una estrategia de legitimación de estos saberes en el campo educativo. La incorporación de la historia de África en la historia escolar expresaba una lectura política original, orientada a ofrecer otras posibilidades para la enseñanza de la historia de Brasil y a redimensionar el papel histórico de las poblaciones negras en la formación de la sociedad brasileña. Desde el punto de vista metodológico, este artículo se basa en el análisis de fuentes publicadas en la prensa de inicios del siglo XX, como crónicas, artículos de opinión y textos de crítica.

Palabras clave: Historia de África; saberes escolares; historia de la escolarización en Brasil.



Introdução

“A escuridão da escravatura não nos pertence”

(Eutrópio, 1925, p. 2)

A frase que abre este artigo integra o texto “Uma lição de História Pátria”, publicado em duas partes na coluna de crônicas políticas “Fatos e Notas”, uma das seções do *Correio de Minas*, jornal editado em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. Assinado sob o pseudônimo “Z. do P.”, o texto discorre sobre a possibilidade de empregar determinados aspectos de uma história da África no contexto da educação escolar, com o objetivo de construir saberes destinados à formação intelectual e moral da infância. No trecho em destaque, o narrador aborda especificamente o mito da origem do negro brasileiro, que, em sua interpretação, não deveria remeter a um presumível passado escravo ou às memórias da escravidão, mas, sim, reportar-se à África e a um idealizado passado africano.

Tal estratégia retórica, que também resume os principais argumentos defendidos no texto, tinha não apenas a intenção de estabelecer um saber escolar voltado à transmissão de conhecimentos e à socialização de ensinamentos para a formação de valores cívico-pedagógicos – fundamento teórico caro à historiografia da história escolar no início do século XX –, mas também de fomentar um ideal de respeitabilidade racial. Essa ideologia buscava promover hábitos políticos capazes de moldar, disciplinar e proteger a infância negra diante das violências e das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira do período.

“Z. do P.” foi um dos pseudônimos adotados por José Eutrópio (1886-1929), homem negro, formado em Direito, que atuou como professor, inspetor escolar, jornalista e também no teatro de revista. No contexto específico da publicação de “Uma lição de História Pátria”, exercia a função de colaborador no *Correio de Minas*. Escrito na terceira pessoa do plural, o texto sugere que seu narrador se via como parte daqueles sobre quem – ou por quem – falava, isto é, as populações negras. Traço recorrente de sua produção intelectual, José Eutrópio costumava embaralhar as fronteiras retóricas de seus narradores-personagens, que geralmente construíam enunciados dirigidos a – e formulados a partir de – um “nós” coletivo (Ribeiro, 2025b). Por essa razão, neste artigo, toda referência à autoria ou ao narrador de “Uma lição de História Pátria” corresponde diretamente a “Z. do P.”²

Nesse exercício de reflexão sobre os conteúdos escolares de História Pátria, José Eutrópio discutiu as possibilidades de inserir na História-ciência, concebida como operação intelectual com a qual se identificava, um conjunto de conhecimentos sobre a África. Seu objetivo era pensar como esses saberes poderiam compor os conteúdos ensinados na escola primária. Nesse debate, ele questionou os parâmetros para a construção de narrativas sobre a formação da nação, do povo e da cultura brasileira,



não apenas no universo da educação escolar, mas também no imaginário coletivo. Ao publicar essa crônica política, buscava discutir a ideia de identidade nacional a partir da valorização das contribuições das populações negras àquilo que, então, se entendia como cultura brasileira. Por meio de leituras positivas, ainda que por vezes idealizadas, de uma África mítica – portanto, imaginada –, José Eutrópio refletiu sobre as necessidades sociais e os projetos políticos de seu tempo. Assim, sua crônica, sob a autoria de “Z. do P.”, informava mais sobre o Brasil e suas realidades na década de 1920 do que sobre a África contemporânea ou sobre uma escrita da história dos povos africanos.

Essa forma de pensamento parece ter sido elaborada de modo consciente e oferece a oportunidade de analisar as ações político-intelectuais de um indivíduo que, por meio de seus diversos ofícios, especialmente no magistério e no jornalismo, dedicou-se ao exame e ao debate sobre as desigualdades raciais vigentes na sociedade brasileira. A escola e seus processos de escolarização, nas primeiras décadas do século XX, foram uma das lentes pelas quais observou o fenômeno histórico do racismo. Essas perspectivas intelectuais levaram José Eutrópio a escrever sobre os significados políticos de pensar a inserção de temáticas de uma história da África como parte da história escolar. O objetivo deste artigo é justamente analisar esse pensamento educacional, bem como estudar a tentativa de elaboração de um saber escolarizado sobre uma determinada concepção de história da África, na intenção de “contribuir para um melhor entendimento do papel desempenhado pela escola e por outras instâncias sociais na definição daquilo que, ao longo do tempo, foi considerado essencial na formação das novas gerações” (Souza Junior; Galvão, 2005, p. 393). Nosso propósito foi, com base na sugestão de Vera Valdemarin (2010), compreender esse processo de transformação de valores, princípios e finalidades em práticas pedagógicas, por meio da escolarização de saberes históricos.

Em termos metodológicos, analisamos minuciosamente o texto “Uma lição de História Pátria”, publicado em duas partes em março de 1925 no *Correio de Minas*. Em algumas passagens, recorremos a outros textos da produção intelectual de José Eutrópio. Considerando que este artigo é parte de um estudo biográfico mais amplo, diversos aspectos da sua vida aparecem como cenário e contexto, ainda que escapem ao recorte temático adotado. Trata-se, portanto, de um exame de sua obra em seu conjunto.

África(s) inventada(s)

Para uma adequada compreensão do universo político que alimentou o pensamento educacional de José Eutrópio, torna-se necessário situar sua trajetória intelectual em um cenário mais amplo de produção de tradições de pensamento e de ação política voltadas à inclusão racial no início do século XX (Alberto; Hoffnung-Garskof, 2018). Nesse contexto, ele não elaborou concepções teóricas de base científica sobre raça





ou sobre hierarquias raciais, no entanto, mobilizou e dialogou com os debates raciais então em circulação, especialmente nas obras de intelectuais de diferentes regiões do Ocidente, que desenvolveram estudos histórico-sociais que rejeitavam a definição biológica de raça como fundamento teórico para a compreensão das relações sociais.

Por este olhar, é possível considerar os argumentos presentes em “Uma lição de História Pátria” não apenas como parte constituinte, mas também como resultado de uma trajetória intelectual que só pode ser plenamente compreendida quando inserida em uma ampla rede de circulação transnacional de ideias sobre inclusão racial no início do século XX. Nesse sentido, guiados por uma abordagem ancorada na história transnacional da educação, conforme propõem Eugenia Roldán Vera e Eckhardt Fuchs (2021), tomamos José Eutrópio como um *hub*, a partir do qual buscamos identificar as comunidades de referência com as quais dialogou, visualizando, assim, as redes construídas por meio do estabelecimento de interlocuções com intelectuais negros e seus pensamentos políticos. Na interpretação de Maria Rita Toledo e Diana Vidal (2024), o conceito de *hub* possui eficácia heurística, pois oferece subsídios para compreender os modos como se estruturaram determinados processos de movimentação, dispersão, fragmentação ou compartilhamento – simbólico e material – de ideias em diferentes cronologias e contextos históricos:

Hubs são “nós atrativos”, que apresentam potencial disseminador de tendências e informações, com contatos pessoais numerosos e capacidade de influência nas ligações. Podem tanto designar indivíduos, quanto grupos, corporações ou qualquer tipo de coletivo. Mas na dinâmica das redes, também, o que se considera por *hub* pode se apresentar apenas como um nó, no deslocamento da perspectiva de análise (Toledo; Vidal, 2024, p. 3).

No início do século XX, o pan-africanismo, enquanto expressão política dos modernismos negros, foi precisamente um dos espaços de poder a partir dos quais se constituíram *hubs* – pontos de intersecção nos quais processos de circulação transnacional de ideias, culturas e pensamentos foram constantemente experimentados e difundidos. Segundo Wilson Moses (1996, 1998, 2004), o pan-africanismo desse período pode ser interpretado como um rótulo que abrangia um vasto espectro de expressões político-culturais nas ciências, artes visuais, literatura, música e poesia, refletindo tanto aspectos da cultura popular quanto posições assumidas individualmente ou coletivamente por diferentes comunidades negras em contextos transnacionais. Um dos fundamentos políticos do pan-africanismo, em sua diversidade de manifestações culturais, foi a elaboração de uma “cultura política negra” (Gilroy, 2001) de solidariedade racial transnacional, pautada na produção e difusão de signos e mensagens positivas referentes ao negro e ao continente africano.

No interior dessa “cultura política negra” foram estabelecidas ideias, valores, crenças e símbolos que constituíram uma visão de mundo compartilhada e uma leitu-



ra coletiva de um passado comum entre indivíduos e comunidades afro-diaspóricas. Essa “comunidade de memória” (Appiah, 2014), forjada no âmbito dos movimentos pan-africanistas, criou vocabulários, ideologias e mitos que Valentim Mudimbe (2013) chamou de “lugares epistemológicos de invenção de imaginários sobre a África”. De fato, segundo Valter Roberto Silvério e Hasani Elioterio dos Santos, movimentos político-culturais negros do início do século XX, como o pan-africanismo,

“podem ser analisados como uma forma de intelligentsia que inaugurou uma tradição de prática cultural e política focada em inventar um ‘novo negro’ na modernidade, a partir de signos e mensagens positivas referentes à África, em articulação com os(as) negros(as) nas Américas nos anos 1920” (Silvério; Santos, 2025, p. 8).

Além disso, segundo os autores:

São formas de ação social que emergem em toda diáspora africana e podem ser interpretadas em termos dos intervalos de tempo e espaço, permitindo negros(as) e africanos(as) se identificarem como membros de uma comunidade transnacional a partir de signos, significantes e mensagens positivas que levem em consideração as experiências de negros(as) em diáspora e africanos(as) no continente em “articulação” (Silvério; Santos, 2025, p. 17).

Nessa conjuntura de intensa produção político-intelectual de imaginários sobre culturas políticas de solidariedade racial, Valentim Mudimbe (2013) observou que muitas dessas representações – em geral ocidentalizadas – sobre a África, foram trabalhadas como categorias estéticas e políticas necessárias para que indivíduos e comunidades afro-diaspóricas elaborassem formas coletivas de comportamento político que privilegiassem suas percepções, vivências e sensibilidades. Ainda assim, na interpretação do autor, esse complexo sistema de representações se pautou e difundiu no imaginário social imagens ocidentais e colonialistas do continente africano que, geralmente, pouco ou nada refletiam sobre as realidades históricas, sociais e culturais dos diversos povos que o habitavam (ver também Bhabha, 1998; Achebe, 2012). Essa recomendação é especialmente relevante porque José Eutrópio, assim como muitos intelectuais de sua geração que se dedicaram a pensar e debater discursos e representações sobre a África e seus povos, o fez a partir de lugares epistemológicos de invenção de imaginários sobre o continente, para usar o argumento de Valentim Mudimbe (2013).

Nesse contexto político-intelectual, muitas vezes de dimensões transnacionais, marcado pela invenção de imaginários – históricos, míticos ou ambos – sobre a África, expressões como “africanismos” e “sobrevivências africanas” passaram a adquirir eficácia heurística, permitindo a construção social de discursos e imagens acerca do que então se considerava dispositivos culturais genuinamente africanos (Albuquerque,



2002; Brasil, 2016; Butler, 1998; Oliva, 2009; Reis, 2016; Santos, 2012). Por exemplo, no Nordeste, em especial na Bahia, desde o final do século XIX, surgiu uma profícua produção intelectual, tanto em círculos formados por intelectuais brancos quanto em coletivos negros. Esses grupos criaram narrativas, históricas e simbólicas, que identificavam algumas práticas culturais baianas, sobretudo soteropolitanas – como a culinária, a música, a indumentária e a religião –, como fundamentos de uma identidade brasileira com influência africana. Na interpretação de Paulina Alberto:

Em Salvador, cidade com uma profunda herança cultural africana na qual os censos [do início do século XX] registravam uma população majoritária de pessoas negras, as lideranças religiosas do Candomblé desenvolveram, em conjunto com intelectuais regionalistas, uma visão diferente sobre os traços africanos “puros” (não misturados) com base nos laços contínuos com a África. Eram essas tradições africanas autênticas que deviam ser reconhecidas como pilares de uma identidade brasileira multiétnica (Alberto, 2017, p. 162).

José Eutrópio não esteve alheio a esse debate, já que foi leitor das obras de Manuel Querino, intelectual negro baiano considerado um dos fundadores da moderna antropologia afro-baiana. Querino ganhou notoriedade no início do século XX, no campo dos estudos sobre folclore e cultura popular, com pesquisas sobre o que então se denominava “sobrevivências africanas” na Bahia. José Eutrópio, todavia, preferiu por razões que ainda desconhecemos, construir outras interpretações históricas sobre os significados políticos dos “africanismos” presentes na formação social do povo brasileiro. Seja como for, esteve imerso nesse universo cultural de invenção de imaginários sobre o continente africano e produziu perspectivas intelectuais originais em meio a esse cenário político.

“Para uma verdadeira história da marcha da nossa civilização”

A narrativa de “Uma lição de História Pátria” foi estruturada em duas partes, publicadas em edições distintas do *Correio de Minas*. No primeiro texto, desenvolveu-se o exercício político de pensar a construção de uma história da África passível de compartilhamento em diferentes ambientes sociais do Brasil de meados da década de 1920. O segundo texto, por sua vez, empreendeu o trabalho teórico de refletir sobre como esse passado e memória históricas acerca da África poderiam se constituir em saber escolar. Nesse caso, a narrativa adotou como premissa uma dimensão normativa e prescritiva de metodologia de ensino, fundamentada em uma noção de saber pedagógico, ou seja, uma discussão sobre como, por que e a partir de quais métodos ensinar o que então se considerava temáticas de uma história da África.





Foi a partir da trajetória no magistério – como professor de História no ensino secundário, de Pedagogia no curso normal, de disciplinas das humanidades no nível superior, além da atuação como inspetor escolar municipal e inspetor técnico ambulante – que José Eutrópio produziu interpretações amplas e pertinentes sobre debates historiográficos em voga no início do século XX, tais como a produção do conhecimento histórico, a memória histórica, a identidade nacional e a estruturação de conhecimentos pedagógicos e saberes escolares. Em outro trabalho, analisamos com maior atenção o pensamento educacional de José Eutrópio, forjado a partir dos diálogos com a *historia magistra vitae* (a “história mestra da vida”), isto é, um regime de historicidade fundamentado na tese de que determinadas experiências e exemplos pretéritos ofereciam referencial legítimo para a compreensão da História (Ribeiro, 2025a).

Na condição de “pensador da História” (Gontijo, 2003) inserido na cultura científico-intelectual do início do século XX – marcada pelo pragmatismo epistêmico e pela escassez de fundamentação teórica consistente –, o pensamento educacional eutropiano explicitava como a História, ao menos a história escolar, deveria ser escrita, num momento em que os conceitos de História e historiador adquiriram contornos progressivamente mais científicos e menos filosóficos. Nesse contexto político-intelectual, José Eutrópio elaborou uma concepção específica de história escolar da África, interpretada como um saber com finalidades próprias, passível de ser ensinado e transmitido nas instituições de educação formal.

“Z. do P.” iniciou a narrativa de “Uma lição de História Pátria” apresentando uma espécie de justificativa para legitimar sua proposta, ou seja, convencer o leitor e, mais amplamente, o debate público sobre a relevância e até mesmo a necessidade da adoção de um saber escolarizado sobre a África a ser ensinado na escola primária. Nas suas palavras, seria “uma imperdoável falta ignorarmos a história da nossa origem de povo brasileiro” (Eutrópio, 1925, p. 2). Para ilustrar seus argumentos, prosseguiu:

A história do continente negro, terra dos nossos ilustres antepassados, da raça heroica e produtiva que alicerçou com suor e sangue a estrutura econômica do Brasil, deve ser lembrada e conhecida por todos. Porque esta história é a mais antiga, a mais autêntica, a mais instrutiva e a mais sublime de quantas há sobre a terra: a África é o berço de onde vieram os primeiros construtores da grandeza da nossa pátria, da alma da nossa nacionalidade e do engrandecimento da nossa terra. É preciso sabê-la.

Nesse exercício de produção do passado, narrar a história significava ordenar e dar sentido a um conjunto de experiências sociais ou culturais consideradas relevantes, mas que, usualmente, eram silenciadas na produção historiográfica do período, especialmente naquela voltada à história escolar. Não por acaso, “Z. do P.” citou alguns intelectuais que haviam se dedicado a refletir sobre a presença da África na formação cultural brasileira, como Gonzaga Duque, Mário Behring, Carlos Góes e Manuel Ray-



mundo Querino. No caso desse último, foi mencionado por “Z. do P.” como autor de uma obra recente que “habilitava o elemento africano nos fastos de nossa história, dando destaque à sua contribuição para a formação da pátria” (Eutrópio, 1925, p. 2)³.

Apesar de não haver uma menção explícita às obras desses intelectuais utilizadas na construção dos argumentos de “Uma lição de História Pátria”, é possível afirmar que eles produziram saberes diversos sobre a África, em diferentes momentos históricos e com distintas finalidades. Essa produção variou desde materiais didáticos voltados para a educação escolarizada, como no caso de Gonzaga Duque e Carlos Góes, até trabalhos de caráter histórico sobre tradições e manifestações populares, como os de Mário Behring. Este último tipo de produção estava profundamente alinhado aos historicismos que emergiram no contexto de formação do Estado republicano brasileiro, sobretudo na produção e circulação de conhecimentos sobre histórias regionais.⁴

Essa produção intelectual foi forjada em um cenário marcado por representações políticas diversas, e muitas vezes antagônicas, sobre a África, que emergiram no debate público. Esses imaginários ora elaboravam concepções míticas e idealizadas, ora produziam discursos racializados, responsáveis por estabelecer e difundir estereótipos negativos e racistas sobre o continente e seus povos. Em outros casos, resultavam na construção de estratégias políticas voltadas ao apagamento ou ao silenciamento da história e da memória da África como elementos de um regime de historicidade para a reflexão sobre o passado da nação brasileira (Guimarães, 2019; Moraes, 2015; Nascimento, 2011). Esse expediente político esteve presente no horizonte de expectativas de muitos intelectuais envolvidos na produção editorial de manuais didáticos para a história escolar. Como afirma Patrícia Santos Hansen (2001, p. 119), “até o fim da primeira metade do século XX, alguns dos manuais mais representativos de história do Brasil haviam ignorado questões relacionadas à presença do negro no país, como a escravidão e a miscigenação”.

A despeito disso, outras interpretações, igualmente atravessadas por leituras políticas diversas, circularam naquele contexto. Esse foi o caso de alguns artigos do jornalista Mário Behring, que tematizaram a história de Zumbi, do Quilombo dos Palmares e aspectos da vida do lendário Chico Rei, publicados em revistas de grande circulação, como o *Almanaque Brasileiro Garnier* e a *Kosmos*, fontes que acreditamos terem servido de referência para “Z. do P.”. Para Carolina Vianna Dantas (2012, p. 127), os escritos de Mário Behring “ênfatizaram tanto determinados procedimentos metodológicos para a escrita da história quanto episódios, figuras e datas do passado”. Ainda segundo Dantas (p. 127), “trata-se de uma produção diversa e multifacetada, mas determinada a afirmar os laços do regime republicano com o passado, incluindo aí uma avaliação da participação ativa de negros e mestiços na história pátria”.

Ao dialogar com essa produção intelectual diversa, “Z. do P.” indicava tanto as fontes nas quais buscava inspiração para seu argumento, quanto uma forma de estabelecer um modelo de referência para a inserção de temáticas de uma história da África



como parte da história escolar. O gênero biográfico foi um fundamento epistêmico do regime de historicidade da *historia magistra vitae* ao qual o narrador de “Uma lição de História Pátria” se apoiou para defender seus argumentos. Assim, ponderou que “a biografia dos grandes homens encerra lições dignas de serem meditadas e aproveitadas por todos, mormente, pela nossa infância” (Eutrópio, 1925, p. 2). Ainda, de acordo com seu raciocínio:

Apreciando os homens extraordinários que concorreram para a glória e a grandeza do nosso progresso civilizatório, não deve ficar esquecida a vida do povo heroico de Zumbi, de Chico Rei, de Luiz Gama, de José do Patrocínio e de tantos outros grandes homens que civilizaram o Brasil. Para uma verdadeira história da marcha da nossa civilização, a vida desses espécies-tipos de nossa humanidade encerram lições que devem ser completamente adotadas na formação do caráter da infância, porque lhes apresentam bons exemplos: esclarecem, moralizam e concorrem para a sua formação mental e moral (Eutrópio, 1925, p. 2).

De fato, a proposta de “Z. do P.” dialogou com o fundamento teórico da então chamada “pedagogia do exemplo”, isto é, uma concepção pedagógica na qual a biografia desempenhava o papel educativo de personificar padrões éticos de comportamento, capazes de sensibilizar e apelar para a empatia e as emoções da infância em seu processo de formação escolar. Circe Bittencourt (1993, p. 218) observou que, no início do século XX, “houve um esforço de educadores de diversas tendências na composição de galerias de ‘brasileiros ou brasileiras ilustres’, cujos feitos deveriam ser conhecidos e divulgados pela escola e, em especial, pela História”. Na interpretação de “Z. do P.”, trajetórias como as de Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama e José do Patrocínio foram associadas a uma espécie de gênese do sentimento de nacionalidade no Brasil. Escrita em evidente tom apologético, sua narrativa defendia a razão de aquelas biografias serem interpretadas como exemplares de virtudes cívicas e símbolos fundadores da pátria brasileira. Todavia, uma figura mitológica de Zumbi ganhou destaque na narrativa de “Z. do P.”:

Veja-se, por exemplo, a epopeia de Zumbi dos Palmares, o grande herói da liberdade da raça brasileira. Da vida desse nobríssimo homem aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória, a valorizar as boas virtudes. Esta e tantas outras biografias de grandes homens ensinam a amar a pátria, por isso merecessem ser imitadas em tudo para que sejam admiradas no que representam de generoso e nobre (Eutrópio, 1925, p. 2).

Esse Zumbi, com sua mensagem sentimentalizada de fraternidade política de base racial, centrada na figura masculina do herói guerreiro – benevolente, mas disciplinado e combativo –, pode revelar algo sobre a ideia de cidadania presente nessa retórica.





A questão oferece, ainda, elementos para refletirmos sobre o motivo da escolha de Zumbi, e não de outras figuras históricas, como personagem privilegiada a ser elevada à condição de herói no contexto da escolarização de saberes sobre a África. A imagem de Zumbi que “Z. do P.” aparentemente desejava projetar era a de uma referência em termos de comportamento e hábito políticos, não apenas para as infâncias negras escolarizáveis ou escolarizadas, mas também como símbolo sentimental de comunhão nacional.

Tratava-se, portanto, de uma herança cultural comum a todos os brasileiros, independentemente da ascendência. Zumbi deveria representar o heroísmo e o pertencimento legítimo das populações negras à história da nação e do povo brasileiros. Nesse sentido, ainda que “Z. do P.” não tenha inserido explicitamente “Uma lição de História Pátria” no debate público mais amplo sobre ideias nacionais de mestiçagem, é possível que um de seus objetivos tenha sido fomentar, no contexto do universo educativo escolar, discussões sobre fraternidade racial, isto é, um projeto de nação baseado na defesa da igualdade racial, tanto no acesso aos direitos de cidadania quanto no pertencimento político. Podemos ler essa concepção de igualdade racial, sutilmente presente no pensamento educacional de “Z. do P.”, como um ideal de relações raciais não discriminatórias, bem como um pacto político de participação e (re)posicionamento das populações negras no seio da nação brasileira, na conjuntura social do pós-abolição.

Ao que parece, “Z. do P.” reconhecia que sua personagem Zumbi era uma representação menos comprometida com a descrição objetiva da realidade e mais interessada na construção de uma identidade nacional coletiva, na qual o herói africano e a epopeia de Palmares funcionavam como lugares de memória e mitos políticos capazes de forjar essa identidade. O culto cívico à figura histórica de Zumbi e, assim como ao Quilombo dos Palmares, promovido durante a década de 1920, integrava uma tradição da cultura política do associativismo negro voltada à criação de heróis negros, que remontava aos movimentos abolicionistas do final do século XIX (Domingues; Gomes, 2013; Hertzman, 2024). Essa tradição também estava presente em algumas correntes historiográficas produzidas nos institutos históricos e geográficos, academias literárias e outras associações científicas congêneres. Para Silvia Hunold Lara (2022, p. 12-14):

Depois da criação dos institutos históricos, os historiadores passaram a investir na busca de fontes inéditas em arquivos brasileiros e portugueses, a fim de construir a história nacional. Os primeiros documentos sobre Palmares foram publicados nas revistas dessas instituições ainda no século XIX e início do XX e, depois, em anexos de obras dedicadas à sua história [...]. Desde o século XVIII, Palmares foi incorporado à história da América portuguesa – ou do Brasil – como um episódio carregado de sentidos [...]. A literatura abolicionista valorizou Palmares como símbolo da liberdade, dando à resistência dos mocambos e ao episódio do suicídio de Zumbi um peso decisivo, tomando-os como exemplo de redenção, sacrifício e insubmissão.



Nessa conjuntura política, “Z. do P.” não inventou um mito político original, mas utilizou referências já presentes no debate intelectual, bem como nas tradições e imaginários sociais, como estratégia para a construção de formas coletivas de identificação e identidade, de base racial e política, destinadas à infância em processo de formação escolar. Para o narrador, a inserção de temáticas relativas à história da África – especialmente por meio de biografias heroicas e de sua força educativa –, como parte da história escolar, oferecia um terreno fértil para que esses mitos políticos encontrassem boa receptividade. O civismo e a exaltação dos valores pátrios – pautados em ideais de igualdade racial, tanto em direitos quanto em comportamento político – compuseram o horizonte de expectativas no qual “Z. do P.” formulou sua concepção de temas da história da África como parte dos saberes escolares instituídos.

“Uma lição de História Pátria”

Já apontamos anteriormente que, em seu pensamento educacional sobre conhecimentos escolarizados, José Eutrópio privilegiou a elaboração de um discurso sobre a inserção de temáticas da história da África como parte da história escolar em relação ao exercício de formular uma teoria pedagógica destinada a transformar uma determinada concepção de história da África em saber efetivamente ensinado na escola. Essa concepção pedagógica, elaborada a partir de sua atuação como professor das “matérias de ensino” Pedagogia Prática e Organização Escolar na Escola Normal Santa Cruz de Juiz de Fora, entre 1915 e meados da década de 1920, orientou seu entendimento sobre a função pedagógica e os significados políticos dos saberes escolares, especialmente aqueles ensinados na educação primária.

De fato, a pedagogia de José Eutrópio seguia uma linha teórico-científica que compreendia os métodos e processos de ensino, isto é, a didática, como a manipulação dos meios de ensinar (Ribeiro, 2025b). A proposta de inserir temáticas da história da África como parte da história escolar foi forjada no interior desse pensamento educacional. Essas ideias pedagógicas eram informadas por um discurso normativo e prescritivo, que indicava como o professor deveria abordar, manipular e transmitir determinados conhecimentos por meio de um saber pedagógico. No que tange à história dos saberes pedagógicos e escolares, são inúmeros os estudos que analisam, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, os processos de produção, transmissão e difusão de conhecimentos tendo a escola como referência social (Chervel, 1990; Goodson, 1990; Hébrard, 1990; Forquin, 1992). Faria Filho (2008, p. 89), por exemplo, considerou que:

Pensar os conhecimentos escolares numa dimensão histórica, e como componente de uma cultura escolar, implica não apenas examinar a sua historicidade, mas também determinar as necessidades e forças sociais, incluindo



as escolares, que presidiram a sua elaboração enquanto conhecimento escolarizado. Tratar dos conhecimentos escolares numa abordagem que busca articular os estudos sobre a escolarização com aqueles referentes à história das disciplinas escolares permite-nos pensar na importância adquirida pelas disciplinas como produtoras e produto das transformações sofridas pela própria noção de aprendizagem.

Nesse sentido, em diálogo com André Chervel (1990), podemos considerar que, no início do século XX, definiam-se como saberes pedagógicos os conhecimentos produzidos no campo das ciências da educação, especialmente da Pedagogia, isto é, aqueles elaborados por pedagogos, educadores ou reformadores ligados a uma reflexão teórica e normativa sobre os processos de escolarização, elaborados na (e pela) instituição escolar. Por sua vez, o que denominamos saberes escolares “foram dispositivos de conformação de práticas escolares, mas também matéria de apropriação nos fazeres cotidianos da escola, constituintes de um modelo e de uma forma escolar, além de táticas de um saber fazer” (Carvalho, 1998, p. 38).

Esse formato de orientação pedagógica aparece na segunda e última parte de “Uma lição de História Pátria”. Nesse texto, “Z. do P.” estabeleceu uma prescrição metodológica segundo a qual determinados conhecimentos deveriam receber um tratamento didático para se constituírem como saberes da história escolar, especialmente da História Pátria. Esse procedimento baseou-se na adoção seletiva de certos conteúdos históricos em detrimento de outros:

Para esta lição de História Pátria, o estudo deve ser iniciado por meio de descrições simples dos episódios mais interessantes da vida de homens notáveis. É sempre conveniente munir-se de figuras que representem os acontecimentos que se vão descrever. O professor mostra-a e pergunta à classe se conhece o homem nela representado. Conta que esse homem viveu muito antes de nós e tornou-se célebre porque teve a glória de estabelecer a “República dos Palmares”, diz como se chamou e escreve na lousa por baixo de onde colocou a figura: *Zumbi, mártir da liberdade* (Eutrópio, 1925, p. 2.).

“Z. do P.” apresentou um dado curioso nesse trecho: sugeriu que a temática relacionada à história da África fosse trabalhada com base em recursos visuais, método didático amplamente utilizado nos processos de escolarização primária, especialmente nos conteúdos voltados ao ensino de História Pátria, conforme preconizavam os fundamentos pedagógicos do método intuitivo (Bittencourt, 2010; Fonseca, 2001). Indicou, inclusive, a possibilidade da existência de ilustrações sobre Zumbi que, talvez, circulassem no universo educativo escolar. A despeito de não ter oferecido elementos suficientes para aprofundar a discussão, tratou-se de uma observação relevante, sobretudo se considerarmos que uma das primeiras pinturas que retrataram Zumbi – elaborada em 1927 pelo artista branco Antônio Parreiras – passou, a partir dos anos



1950, a adquirir algum destaque no debate público e no imaginário coletivo daquele novo contexto político e cultural. De todo modo, a indicação feita por “Z. do P.” lança elementos para se pensar nas representações visuais presentes no processo de escolarização de saberes relacionados à história das populações negras no Brasil, no início do século XX.

Para além dessa especificidade, apareceu, nesse trecho da crônica, uma evidente perspectiva teórica da pedagogia do exemplo, perceptível na adoção do ensino de biografias como recurso pedagógico. A personagem histórica de Zumbi, da mesma forma, foi apresentada como um herói cuja vida deveria ser ensinada sob uma ótica cívico-pedagógica. Para esse fim, sua construção narrativa selecionou e reordenou fatos e episódios históricos de modo que esses saberes expressassem princípios e valores morais. Segundo Silvia Hunold Lara (2022, p. 15), a diversificada produção intelectual sobre África no final do século XIX e início do XX “acompanhou o movimento mais amplo em prol do reconhecimento das contribuições africanas e negras para a história do Brasil, que ora enfatizava as características africanas dos Palmares, ora as lutas empreendidas pelo negro brasileiro”. Ainda de acordo com a autora, “Palmares foi então se tornando um evento de significado nacional, associando-se a outros grandes feitos da história pátria” (Lara, 2022, p. 15).

“Z. do P.” esteve imerso nesse universo de pensamentos políticos sobre a África, observando-os, contudo, sob outras lentes. Em sua interpretação, uma forma de conferir legitimidade a determinados conhecimentos sobre a história do continente africano e de seus povos na diáspora seria a escolarização desses saberes. Dando continuidade à exposição de suas lições, aconselhou:

Ensine que Zumbi era africano, e explique que, naquele continente, usufruía de uma vida nômade e pastoril em imensas estepes, habitadas por imponentes hipopótamos, elefantes, orangotangos, girafas, zebras, leões, tigres, etc. À proporção que for transmitindo o conhecimento desses fatos vá formulando na lousa um esboço em que se registrem os fatos principais. Mostre no mapa a África, o Brasil e a Europa, ilustrando a localização de Portugal. Ensine que no século XVII, era rei de Portugal, D. Filipe III, contando alguns acontecimentos importantes do seu reinado. O seu governo protegia a escravidão negra, devido ao caráter dócil, mas valente do africano, a sua resignação para suportar trabalhos pesados, concorrendo assim para o tipo ideal do escravo trabalhador (Eutrópio, 1925, p. 2).

Entre as várias dimensões que compõem o funcionamento de um saber escolar – como conteúdos, métodos e práticas de ensino –, “Z. do P.” privilegiou a adoção de uma narrativa historiográfica pautada na construção de grandes quadros panorâmicos. Assim, elaborou-se uma história da África centrada numa imagem genérica e idealizada de povo e sociedade, marcada por uma natureza e fauna exuberantes, além

de certas formas de organização político-social. Houve, nesse sentido, um esforço para identificar essa África idealizada como o berço da formação social brasileira:

Ilustre contando que muitas pessoas da África foram enviadas para o Brasil para exercerem o fatigante trabalho do povoamento das nossas terras. Conte que, dentre esses emocionantes exemplos de abnegação sublime e incomparável, estava Zumbi. Explique que, durante a Segunda guerra holandesa, os escravos africanos, cansados de sofrer, começaram a fugir das fazendas e, refugiando-se na Serra da Barriga, aí organizaram uma república que se chamou, por ser a serra fértil em palmeiras, o quilombo dos Palmares. Conte que, esses africanos, realizaram a descoberta e conquista dos enormes terrenos que constituem hoje o coração do Brasil (Eutrópio, 1925, p. 2).

Ainda que a narrativa de “Z. do P.” contenha equívocos quanto à veracidade de alguns relatos, provavelmente devido às fontes em que se baseou, é possível reconhecer sua intenção política. Ao interpretar genericamente a África e os africanos como um povo com cultura comum, buscava questionar e desconstruir estereótipos negativos associados aos negros na década de 1920. Um exemplo nesse sentido foi o destaque dado à imagem de bravura e coragem dos “africanos liderados por Zumbi”, apresentados como exemplos de amor ao próximo e dedicação à construção da sociedade colonial brasileira. O relato da violência e do sacrifício visava adornar de excepcionalidade a figura do sacrificado, tornando assim mais eficiente a sensibilização e o reconhecimento desse mito político:

Exponha que os africanos de Palmares, liderados por Zumbi, o grande homem sereno devotado à sua gente, foram os primeiros construtores da grandeza da pátria. Durou esse quilombo 64 anos, contando uma população de 20 mil pessoas. Constituindo um sério perigo para os colonos, o governo mandou combatê-lo, que só se deu depois da derrota de algumas expedições. Zumbi e seus companheiros preferiram a morte do que a vida na escravidão. Pergunte a classe se não considera uma desumanidade serem tratados assim seres que eram nossos semelhantes? Convide as crianças a copiarem o esboço sobre a epopeia de Palmares e a heroica vida de Zumbi, depois de ter recapitulado oralmente o que se ensinou (Eutrópio, 1925, p. 2).

“Z. do P.”, em sua lição pedagógica, não se preocupou em estabelecer fronteiras entre os saberes da História Pátria e aquilo que considerava saberes sobre a história da África e dos povos africanos. Ao que tudo indica, sua intenção foi demonstrar que ambos se situavam nos domínios historiográficos da história escolar, possuindo, portanto, legitimidade política enquanto conhecimentos a serem transmitidos na educação formal. Ao finalizar sua lição de História Pátria, “Z. do P.” recorreu novamente ao recurso

de provocar nos leitores formas de identificação com os conteúdos presentes em seu texto. Isso pode explicar a razão pela qual a escravidão foi propositalmente desvinculada da imagem da África e dos africanos.

Sob esse olhar, as formas compulsórias de trabalho, profundamente marcadas pelo escravismo vigente no império colonial português, presentes na organização política do Quilombo dos Palmares – aspecto que, inclusive, constava em documentos e registros históricos sobre essa comunidade e na literatura historiográfica dedicada àquela povoação (Lara, 2022) – não apareceram na narrativa de “Z. do P.”. Sua História Pátria da África, dos africanos, de Zumbi e do Quilombo dos Palmares figuraram como lugares de uma memória de consenso e harmonia. A escravidão foi mencionada no texto enquanto evidência histórica, mas as experiências dos “africanos liderados por Zumbi” e, por consequência, de seus descendentes, não se reduziram unicamente à escravidão ou à condição jurídica de pessoa escravizada. De fato, conforme pontuamos anteriormente, essa foi uma leitura política original que visava oferecer outras possibilidades para pensar saberes escolares sobre a história do Brasil, bem como redimensionar o papel histórico das pessoas negras na constituição da sociedade brasileira.

Considerações finais

Em nenhuma passagem da crônica “Uma lição de História Pátria” há referências explícitas ao possível significado do termo “Z. do P.” que assinou a autoria do texto. Considerando que José Eutrópio utilizou a biografia como recurso pedagógico em seu pensamento educacional sobre história escolar, é válido supor que “Z. do P.” fizesse alusão às iniciais de “Zumbi dos Palmares”, personagem histórica que, para ele, possuía aspectos da vida – como bravura, coragem, liderança, compaixão e abnegação – dignos de serem destacados como elementos para uma pedagogia do exemplo. No pensamento educacional eutropiano, uma determinada imagem da África poderia ser interpretada como o berço do espírito nacional, encobrendo inclusive a presença de outros episódios históricos com igual finalidade, tais como a independência do Brasil ou a proclamação da República. Assim, pretendia-se atribuir à África, aos africanos e a Zumbi, na liderança dos Palmares, o pioneirismo de um movimento político e ideológico voltado para a construção do sentimento de nacionalidade.

Tal perspectiva política do pensamento educacional de José Eutrópio também pode ser percebida em outra de suas ações no campo do magistério. Ainda em 1925, ele colaborou na produção do *Hinário Escolar*, uma coletânea de hinos cívico-escolares destinada ao ensino de Canto Orfeônico nas escolas primárias do estado de Minas Gerais (Vasconcellos; Bolívar, 1926). Dentre os 44 hinos que compõem a obra, José Eutrópio assinou cinco, entre eles o *Hino 13 de Maio*, dedicado à “magnânima data que marcou a obra da remição do povo brasileiro” (Eutrópio, 1926, p. 10). Entre as mensagens cívico-pedagógicas entoadas por suas estrofes estavam:



Salve, data imortal! Vibras as cordas
Mais sensíveis do nosso coração,
Pois, em meio de flores, nos recordas
O combate final à escravidão
Salve, Treze de Maio! Salve, aurora
Da República em terra do Brasil!
Que nos dera elevar-te em voz sonora
Nossas almas, num canto juvenil
(Eutrópio, 1926, p. 11).

Assim como operava com os saberes da história escolar, José Eutrópio realizou uma espécie de reapropriação crítica dos múltiplos significados políticos atribuídos à data de 13 de maio, dia em que foi legalmente abolida a escravidão no Brasil, em 1888, e que integrava o calendário das celebrações cívicas nacionais da época. Em sua narrativa, apresentada na forma de hino escolar, a escravidão não apareceu como o único quadro histórico para interpretar as experiências das pessoas negras, tampouco a abolição do trabalho escravo foi compreendida como resultado exclusivo da atuação das elites políticas e econômicas, ou seja, como uma doação aos escravizados, desprovidos de consciência e ação política. As letras do hino celebravam uma leitura histórica em que o fim da escravidão surgia como uma obra coletiva da “remição do povo brasileiro”, para usar uma expressão sua. Nesse sentido, tanto a inserção de temáticas de uma história da África como parte da história escolar quanto o hino escolar foram pensados não apenas como meios de produzir e difundir conhecimentos, mas também como estratégias para incorporar comportamentos e hábitos sociais capazes de sensibilizar as infâncias escolarizadas para uma prática política fundada numa noção de identidade coletiva informada pela ideia de igualdade racial.

Este projeto político do pensamento educacional de José Eutrópio, ao que tudo indica, não foi concretizado em prescrições legais ou regulamentares da política educacional vigente nos anos 1920, tampouco foi adotado amplamente por professores ou estudantes da escola primária em Minas Gerais. Ainda assim, a lição de História Pátria de “Z. do P.” oferece sugestões relevantes para a discussão sobre o processo político de construção e/ou transformação de determinados conhecimentos históricos em saberes propriamente escolares. No caso da história da África, de forma geral, e das temáticas relacionadas ao povo africano – enquanto ascendentes do povo brasileiro –, em particular, tratava-se, para José Eutrópio, de saberes que deveriam ser universalizados por meio dos processos de produção e disseminação de conhecimentos realizados na (e pela) escola, configurando-se assim como saberes escolares. Sob essa perspectiva, a história de Zumbi, do Quilombo dos Palmares e da abolição da escravidão deveria figurar como um instrumento pedagógico; seus significados, fossem históricos ou simbólicos, deveriam servir para educar as infâncias escolarizáveis e



escolarizadas – em sua diversidade racial – para a vida em sociedade, em um exercício político comprometido com os postulados da igualdade racial.

Referências

ACHEBE, Chinua. O nome difamado da África. In: ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 82-99.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão*: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

ALBERTO, Paulina; HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse. “Democracia racial” e inclusão racial: histórias hemisféricas. In: ANDREWS, George R.; FUENTE, Alejandro de la (org.). *Estudos afro-latino-americanos*: uma introdução. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 313-374.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Esperanças de Boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 215-245, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200001>.

APPIAH, Kwame. *Lines of descent*: W. E. B. Du Bois and the Emergence of Identity. Cambridge and Londres: Harvard University Press, 2014.

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 105-128.

BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, 1993. Disponível em: <https://www.anpuh.org/revistabrasileira>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 69-90.

BRASIL, Eric. *A Corte em festa*: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won*: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia; CATANI, Denise (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.



DANTAS, Carolina Vianna. De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, p. 126-150, 2012. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i8.296>.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. *Revista da ABPN*, [Goiânia], v. 5, n. 11, p. 5-28, 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/187>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DUQUE, Gonzaga. *Revoluções brasileiras: resumos históricos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

EUTRÓPIO, José. Hino 13 de Maio. In: VASCONCELLOS, Branca de Carvalho; BOLÍVAR, Arduíno (org.). *Hinário escolar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. p. 9-11.

EUTRÓPIO, José. Uma lição de História Pátria. *Correio de Minas*, Juiz de Fora, p. 2-17 mar. 1925.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 91-122.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 25-49, 1992.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GLEDHILL, Sabrina. *(Re)apresentando Manuel Querino (1851-1923): um pioneiro afro-brasileiro nos tempos do racismo científico*. Salvador: Sagga Editora, 2021.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100006>.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 230-254, 1990.

GUIMARÃES, Ana Carolina de Carvalho. *Entre a vulgarização científica e a produção de estereótipos culturais: a África e os africanos nas páginas de Eu Sei Tudo (1917-1958)*. 2019. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.





HANSEN, Patrícia Santos. Uma visão escolar do negro uma década após a abolição: a escravidão na *História do Brasil* de João Ribeiro. In: PAMPLONA, M. A. (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 119-147.

HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. Introdução. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções brasileiras: resumos históricos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. xi-xxiv.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 65-110, 1990.

HERTZMAN, Marc. *After Palmares: diaspora, inheritance, and the afterlives of Zumbi*. Durham: London: Duke University Press, 2024.

LARA, Silvia Hunold. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. São Paulo: EDUSP, 2022.

MORAES, Fábio Cornagliotti de. *As aventuras de Tintim na África: representando o outro nas HQ's As Aventuras de Tintim no Congo (1931-1946)*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOSES, Wilson Jeremiah. *Afrotopia: the roots of African American Popular History*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 1998.

MOSES, Wilson Jeremiah. *Classical black nationalism: from the American Revolution to Marcus Garvey*. New York: London: New York University Press, 1996.

MOSES, Wilson Jeremiah. *Creative conflict in African American Thought: Frederick Douglass, Alexander Crummell, Booker T. Washington, W. E. B Du Bois, and Marcus Garvey*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MUDIMBE, Valentim Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

NASCIMENTO, Dorval do. Raça, ciência e nação em livros escolares na Era Vargas (1930-1946). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 44, p. 151-170, 2011. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i44.21238>.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção da África no Brasil: os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. *Revista África e Africanidades*, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 1-27, 2009. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 13, p. 143-158, 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815/13416>. Acesso em: 20 jul. 2025.





REIS, Carlos Antônio dos. *A África impressa: identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978)*. 2016. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

RIBEIRO, Jonatas Roque. Escritas da História escolar: pensamento educacional e saberes históricos no início do século XX. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 1-23, 2025a. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v14i32.1335>. Acesso em: 26 mar. 2026.

RIBEIRO, Jonatas Roque. Letras políticas: produção cronística de um intelectual negro na imprensa dos anos 1920. *História Social*, Campinas, v. 19, n. 27/28, p. 412-445, 2025b. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5284>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SANTOS, Rael Fizon. *A África na imprensa negra paulista (1923-1937)*. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto; SANTOS, Hasani Elioterio dos. Os legados da teoria da ação social de W. E. B Du Bois: modernismos negros e diáspora africana. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752025v15i12>.

SOUZA JUNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e História da Educação: algumas reflexões. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300005>.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; VIDAL, Diana Gonçalves. Plantar, traduzir, minerar: Anísio Teixeira (1935-1947). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469851238>.

VALDEMARIN, Vera. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, Branca de Carvalho; BOLÍVAR, Arduíno (org.). *Hinário escolar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

VERA, Eugenia Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na História da Educação. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 47, p. 1-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100301trad>.



Notas

- 1 O estudo contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2022/15052-5). Versões anteriores foram apresentadas na 46ª ISCHE's Conference (Lille, France, entre 15 e 16 de julho de 2025) e no XVI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (Santiago de Chile, entre 20 e 23 de outubro de 2025). Agradecemos às e aos participantes desses eventos pelos comentários feitos a versões preliminares deste texto, pelos quais somos muito gratos e, também, reconhecemos o profissionalismo dos(as) pareceristas anônimos(as) da História & Ensino, pela leitura competente do texto. A responsabilidade pelas ideias, interpretações e argumentos aqui apresentados é exclusivamente nossa.
- 2 Ainda assim, nas citações e nas referências bibliográficas, adotamos o nome de José Eutrópio como identificação de autoria.
- 3 No caso de Manuel Querino, é possível que José Eutrópio tenha se referido ao artigo O colono preto como fator da civilização brasileira, publicado em 1918, no qual elaborou um sofisticado argumento em que posicionou o negro como agente ativo e peça fundamental nos campos da cultura, da organização social e dos mundos do trabalho na formação histórica da sociedade brasileira (Gledhill, 2021; Querino 1980).
- 4 Ao que tudo indica, José Eutrópio teve contato com Revoluções brasileiras, um manual escolar de História Pátria de Gonzaga Duque, publicado em 1898, no qual há um capítulo dedicado à história do Quilombo dos Palmares, com destaque para a personagem de Zumbi. Considerado uma obra de narrativa épico-dramática, o livro teve pouca adesão no meio escolar, mas conquistou certa aceitação em outros circuitos de leitura (Duque, 1998; Hardman; Lins, 1998).